

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

De 6 de novembro a 20 de novembro de 2020 decorreu a discussão pública da proposta de diploma que aprova o novo regime geral de gestão de resíduos, aprova o novo regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, que unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor.

Entretanto, em dezembro é publicado no Diário da República o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852.

Assim, ao abrigo da alínea e) do artigo 156º da Constituição e nos termos do artigo 229º do Regimento da Assembleia da República, vimos requerer ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática que nos seja facultada uma cópia do relatório da discussão pública da proposta de diploma que aprova o novo regime geral de gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e que unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor, bem como cópia de todos os contributos/pareceres recebidos no âmbito do processo de discussão pública.

Palácio de São Bento, 25 de fevereiro de 2021

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)